



Amazônia em chamas:

A floresta pede socorro

Avanço de focos de incêndio nos quatro cantos do Estado e o aumento do desmate na floresta preocupa autoridades e ambientalistas e empurra para baixo a economia e o agronegócio.

ÓBIDOS LIDERA A PRODUÇÃO DE CASTANHA

VELOCIDADES ATÉ

100
M E G A

CA



ACELERE COM ROMA CABO

Transmissão via fibra ótica | Velocidade Garantida | Download ilimitado

Internet lenta é o maior problema. Os downloads falham, o vídeo não carrega e até o seu trabalho atrasa. Acelere com ROMA Cabo, assine uma de nossas mega velocidades e aproveite as vantagens de viver uma internet muito mais rápida.

ASSINE JÁ: **3213 1212** | ROMACABO.COM.BR
OU VIA WHATSAPP 91 9 9941 0551



ROMACABO
INTERNET RÁPIDA, TV A CABO E TELEFONIA.

EDITORIAL

As queimadas e as ameaças ao agronegócio

As recentes queimadas registradas nos quatro cantos do país podem trazer prejuízos incalculáveis para a economia brasileira. Se a União Europeia acatar recomendação da Finlândia e boicotar exportações brasileiras por causa das queimadas na Amazônia, o Brasil pode perder seu segundo maior parceiro comercial no agronegócio.

Entre janeiro e julho, os europeus compraram US\$ 7,7 bilhões (cerca de R\$ 30 bilhões) em produtos agrícolas e pecuários do Brasil. O comércio com a União Europeia representa 19,7% das vendas totais do setor. No primeiro semestre de 2019, apenas os chineses compraram mais de produtores brasileiros do que os europeus – as vendas para China representam 23% do total das exportações e os Estados Unidos aparecem em terceiro lugar, com 7,6%. Ameaçando o agronegócio, o ministro das Finanças da Finlândia, Mika Lintila, pediu que a União Europeia “considere urgentemente” o banimento de exportações de carne bovina brasileira como resposta aos problemas ambientais na

região amazônica. A Finlândia ocupa atualmente a presidência rotativa do bloco europeu. No primeiro semestre deste ano, o Brasil arrecadou US\$ 304,7 milhões (cerca de R\$ 1,1 bilhão) somente com exportações de carne bovina para o mercado europeu.

Em outro giro, a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, diz que não vê razões para eventuais barreiras ao agronegócio brasileiro em razão das queimadas na Amazônia. Ela ressalta que todos os anos, há queimadas na região amazônica no período da seca, assim como em outras regiões do mundo, como Europa Estados Unidos. Entidades do agronegócio brasileiro e especialistas no setor ouvidos concordam que há uma crise de imagem prejudicial ao país e à reputação de produtores regularizados e comprometidos com o Código Florestal. Para superá-la, eles dizem que o governo deve combater o desmatamento e as queimadas ilegais e ser capaz de se comunicar melhor com atores internos e externos.

Evandro Corrêa

Fundador e Diretor Geral

Romulo Maiorana Jr.

Conselho editorial

Romulo Maiorana Jr, Giovanni Maiorana, Romulo Maiorana Netto, João Pojucan de Moraes Filho e Evandro Corrêa

Editor

Evandro Corrêa - DRT-PA 1976

Colunista Social

Joseane Sousa

Comercial e Marketing

Luciana Sarmanho
lucianasarmanho@romagrupo.com.br
(91) 99200-2626

Felipe Jares

felipejares@romagrupo.com.br
(91) 98134-9090

Mercado leitor e logística

Silvio Barbosa

Contato

(91) 9-8116-1116 | (91) 3199-0446

Email

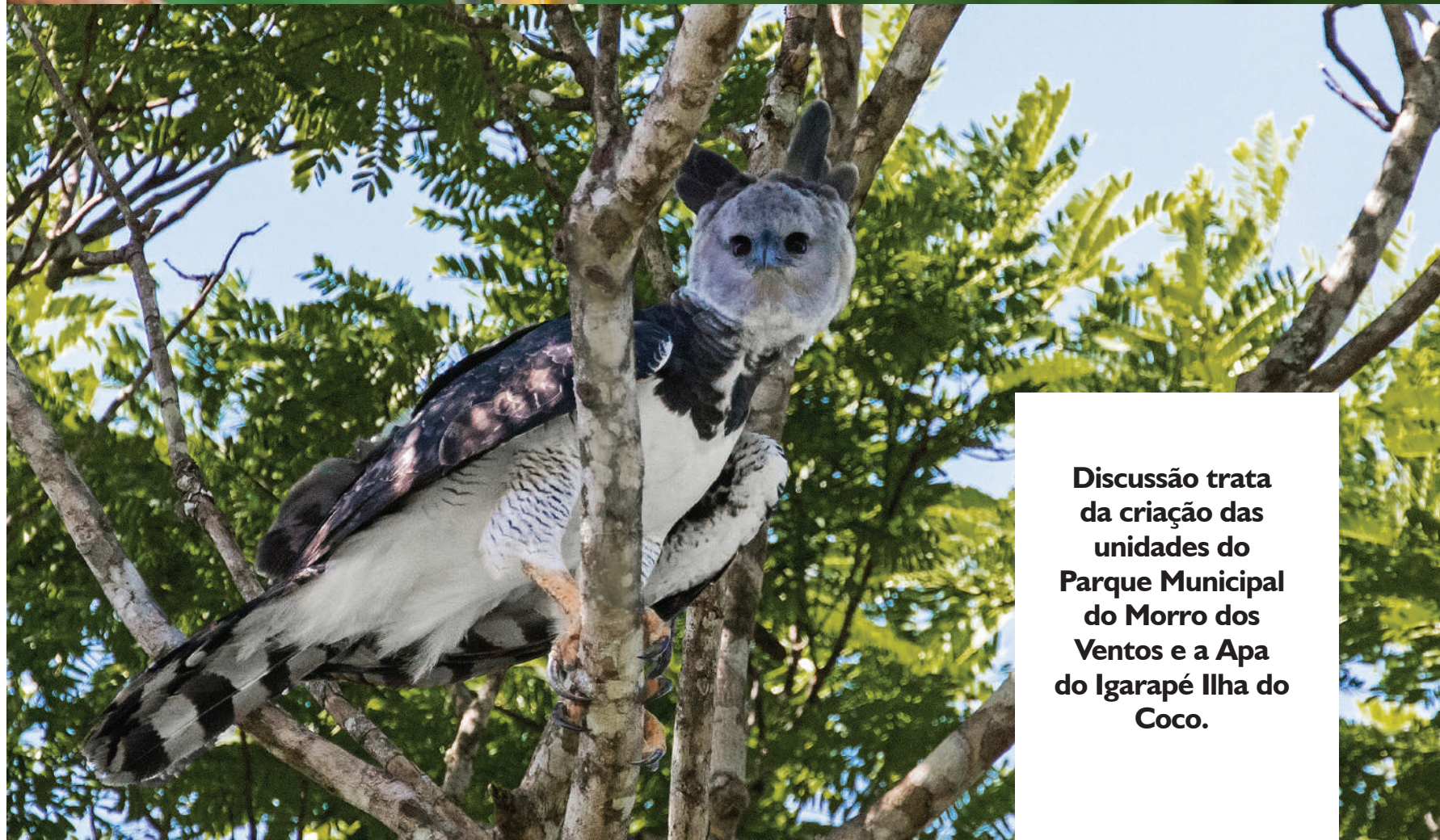
agronegocios@gruporoma.com.br

Endereço: Av. Cmte. Brás de Aguiar, 333 - Nazaré, Belém-Pará.

A revista AGRONEGÓCIOS - Pará Agromineral é uma publicação da RMGRAPH Ltda, sendo de propriedade exclusiva da empresa estando devidamente registrada no Instituto Nacional de Propriedade Industrial, INPI.

“ Os conceitos e opiniões emitidos nesta publicação são de responsabilidade de seus autores, não expressando, necessariamente a opinião do conselho editorial”.





Discussão trata da criação das unidades do Parque Municipal do Morro dos Ventos e a Apa do Igarapé Ilha do Coco.



Parauapebas consulta população sobre criação de Unidades de Conservação

Em Audiência Pública realizada no Plenarinho da Câmara de Vereadores, a Prefeitura apresentou o Estudo Ambiental e Social (EIAS) e ouviu a população sobre a criação de Unidades de Conservação Municipais, uma condicionante das obras do Projeto de Saneamento Ambiental, Macro-drenagem e Recuperação de Igarapés e Margens do Rio Parauapebas (Prosap), o maior projeto de infraestrutura da história de Parauapebas, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

A Audiência contou com a presença da comunidade em geral, de órgãos ambientais, entidades públicas federais, estaduais e municipais; organizações não governamentais, proprietários de terras, representantes dos setores empresariais e associações comunitárias.


A discussão trata-se da criação de duas unidades de conservação, que são o Parque

Municipal do Morro dos Ventos e a Apa do Igarapé Ilha do Coco.

Atualmente, Parauapebas, com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), está desenvolvendo o Projeto de Saneamento Ambiental, Macro-drenagem e Recuperação de Igarapés e Margens do Rio Parauapebas – Prosap. Dentre diversas obras que serão implantadas no território, existe a Lagoa de Detenção, a ser construída no Igarapé Ilha do Coco, para reduzir problemas recorrentes com cheias na área.

Para aproveitar o espaço, após a instalação da Lagoa de Detenção, foi concebido um conjunto de equipamentos sociais para trazer lazer à população local. Contudo, percebeu-se que, junto à área da futura lagoa, existe um morro que ainda apresenta a vegetação original, que dominava a atual área urbana do município.





**Seguindo a
tendência nacional,
cidades de
estados vizinhos
- Parauapebas e
São Luís- em breve
estarão interligadas
pelo turismo.**



Integração turística viabiliza criação de nova rota

Rotas integradas contribuem com a consolidação de novos roteiros turísticos, desta vez, entre estados do Norte e Nordeste. Representantes do turismo em Parauapebas, Pará e São Luís, Maranhão, dialogam para concretizar a criação de uma nova opção de roteiro. Para quem gosta de novas experiências, viajar conhecendo as belezas geográficas e ambientais entre os dois estados por meio da linha de ferro Carajás, que será, em breve, potencializada para além do escoamento do minério de ferro.

Esta será mais uma alternativa turística a ser divulgada e comercializada por agências de viagem do Brasil e do mundo. Em agosto, a presidente do Conselho Municipal de Turismo de Parauapebas (Comtup), Aglaudene Tomé e o diretor de Produtos do Departamento de Turismo de Parauapebas (Detur),

Dácio Souza, estiveram em São Luís, para tratar da criação de uma nova rota turística integrada, juntamente com representantes da pasta do turismo no Maranhão. A proposta irá estimular a demanda natural de visitantes e atrair novos turistas, o que alavancará a economia em ambas as regiões.

Ainda nesse mês de setembro, a Prefeitura Municipal de Parauapebas por meio do Departamento de Turismo (Detur) receberá em Parauapebas, representantes do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) do Maranhão e do Pará para elaboração do plano de trabalho que instituirá a nova rota. Catulé Junior, gestor da Secretaria de Turismo do Estado do Maranhão, avaliou positivamente a proposta do roteiro integrado e afirmou que os interesses são convergen-

tes: “tenho certeza que o projeto logrará êxito”, declarou o secretário. Para Aglaudene Tomé, presidente do Comtup, esta é mais uma rota turística que alavancará a economia na região de Parauapebas, que juntada às rotas já consolidadas, City Tour, das Águas, do Búfalo, Carajás e Indígenas, viabilizará o aumento do fluxo de turistas na cidade, que se movimenta e se organiza cada vez mais em favor do crescimento turístico. O planejamento estratégico do segmento turístico no Brasil vem avançando nesse formato. As rotas integradas em seras catarinenses, já consolidadas, recebem turistas de todo Brasil e durante o ano inteiro e, servem de modelo para os demais estados brasileiros.

Texto: Christina Hayne

Minério de Carajás é o maior aliado siderúrgico da Ásia

As exportações paraenses para a Ásia tomaram impulso em maio, depois que a indústria extrativa mineral do estado se recuperou das fortes chuvas que derrubaram a produção física nas minas de Carajás. Em julho, o Pará chegou, pela primeira vez, ao topo das exportações, ocupando o 2º lugar nacional atrás de São Paulo e destronando poderosíssimas praças como Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Já em agosto, segundo o Ministério da Economia, que liberou durante a semana dados da balança comercial referentes ao mês passado, o estado encostou, no geral, no Mato Grosso, de quem deve tomar o 5º lugar até o final do ano. De janeiro a agosto, o Pará exportou 11,34 bilhões de dólares em commodities. O Mato Grosso, ligeiramente à frente, transacionou 11,41 bilhões de dólares.

Vale destacar que o Pará também ultrapassou o Paraná este ano e até o final de 2020 deve passar o trator no Rio Grande do Sul. Os dois estados sulistas tiveram consideráveis baixas nas exportações deste ano em relação a 2018, enquanto o estado nortista transacionou até o momento 1,2 bilhão de dólares a mais em relação ao ano passado.

A razão para o crescimento exponencial das exportações paraenses é uma só: a China. É que o país asiático é o maior apreciador de um produto que só é encontrado

em solo paraense: minério de ferro com teor de pureza acima de 65%. A commodity originária das minas de Carajás deixa os chineses enlouquecidos porque o governo local impôs políticas severas de controle e combate à poluição, e o produto paraense é o principal aliado do país em sua pretensão ambiciosa de seguir crescendo, mas sem descumprir normas.

Por seu elevado grau de pureza, o minério de Carajás emite menos carbono ao meio ambiente durante o processo de transformação siderúrgica. Não à toa, a China comprou 47,5% de tudo o que o Pará exportou nos oito meses deste ano, seguido de muito longe pela Malásia, que comprou 8,6%, e pelo Japão, que importou 3,9% dos produtos paraenses.

Sozinha, a China devorou 5,38 bilhões de dólares, praticamente metade do exportado pelo Pará. É um volume tão impressionante que chega a ser superior às exportações inteiras, para todos os lugares do mundo, da Bahia.

Zé Dudu





De janeiro a agosto, o Pará exportou 11,34 bilhões de dólares em commodities. O Mato Grosso, ligeiramente à frente, transacionou 11,41 bilhões de dólares.



BRT BELÉM

MAIS OBRAS DA PREFEITURA, MAIS MOBILIDADE PARA BELÉM.

O PRINCIPAL CORREDOR DE TRÁFEGO DA CAPITAL GANHA NOVA CARA E NOVO SISTEMA DE TRANSPORTE URBANO.

Belém começa a andar melhor e mais rápido. A Prefeitura concluiu a Nova Augusto Montenegro até Icoaraci, um novo viaduto foi construído, o BRT Belém começou a funcionar de forma experimental de ponta a ponta, duas linhas troncais com 20 ônibus modernos estão indo até o centro da cidade, novas estações e novos terminais do BRT foram entregues, e agora começou a pavimentação completa da Almirante Barroso. A maior obra de mobilidade de Belém está ficando pronta. Toda a cidade só tem a ganhar com isso.



BRT PRONTO. UM SÓ TRONCO ATÉ O CENTRO DE BELÉM.

O BRT está pronto. Agora, você vai direto do Terminal Maracacuera, em Icoaraci, até o Terminal São Brás, pela canaleta exclusiva, e de lá para o centro de Belém nas linhas troncais que saem da canaleta e percorrem as ruas da cidade até a Presidente Vargas e o Ver-o-Peso. As linhas troncais funcionam de segunda a sábado, das 5h às 23h30. O BRT articulado funciona diariamente das 6h às 20h.

INTEGRAÇÃO É IR DE ICOARACI AO CENTRO PAGANDO UMA SÓ PASSAGEM.

Para fazer a integração no Terminal Maracacuera e pegar o ônibus do BRT ou a linha troncal, é necessário um cartão de acesso para o segundo embarque. Funciona assim:

- Quem possui Vale-Digital, Passe Fácil Sênior ou Passe Fácil Especial, fará o acesso diretamente.
- Quem possui Passe Fácil Estudantil, precisa colocar créditos em seu cartão.
- Quem não possui esses cartões, precisa adquirir o Cartão Expresso, que pode ser comprado e alimentado em qualquer terminal ou estação do BRT, ao custo de R\$ 1,00. Ele pode ser carregado com o valor que o usuário desejar. Atenção! Não haverá cobrador no veículo. O uso do cartão é fundamental.



ÔNIBUS MODERNOS, CONFORTÁVEIS COM PORTAS DOS DOIS LADOS.

Além dos ônibus BRT articulados, com ar condicionado, entraram em operação os novos ônibus modelo padron, com capacidade para até 83 passageiros e portas dos dois lados para embarque e desembarque nas paradas comuns, terminais e estações BRT. Até o final do ano, 50 ônibus farão parte do sistema e os veículos articulados BRT passarão dos atuais nove para 15.



MAIS CONFORTO: NOVAS ESTAÇÕES E NOVO TERMINAL.

Foram entregues o novo Terminal Maracacuera e as novas estações Homobono (próximo à Celpa), Maguari, Grêmio Português, Eduardo Angelim e Castro Moura. Agora, todas as 18 estações e os quatro terminais de integração nas avenidas Augusto Montenegro e Almirante Barroso estão em pleno funcionamento. Isso significa mais opções de embarque e desembarque e muito mais conforto para os usuários.



LINHAS COMUNS JÁ FORAM INCORPORADAS AO SISTEMA.

Pra garantir o serviço integrado, algumas linhas de ônibus já alimentam o sistema BRT. Elas vão do bairro de origem até o Terminal Maracacuera e retornam. Não seguem mais até São Brás ou o centro de Belém. O usuário desce no Terminal e embarca nos ônibus BRT ou na linha troncal com a mesma passagem. Já funcionam assim as seguintes linhas:

- Paricás - Águas Negras - São Brás
- Outeiro/Brasília - São Brás
- Outeiro/Itaiteua - São Brás
- Fama - São Brás.

Outras linhas serão integradas gradualmente ao sistema até seu pleno funcionamento por completo.

NOVA AUGUSTO MONTENEGRO.

Junto com a ampliação do BRT, a Prefeitura entrega a nova Augusto Montenegro: reconstruída, pavimentada e sinalizada em toda sua extensão, da Almirante Barroso até Icoaraci. É mais segurança, rapidez e conforto para os usuários.



VIADUTO JOSÉ AUGUSTO AFFONSO



Também conhecido como Elevado da Augusto Montenegro, o viaduto está localizado no cruzamento da avenida Augusto Montenegro com as avenidas Centenário e Independência. Fundamental para melhorar a mobilidade e a fluidez do trânsito, o viaduto eliminou sinais nos cruzamentos das

avenidas, reduzindo o tempo de viagem nos dois sentidos da Augusto Montenegro. Tudo para garantir um ir e vir seguro e rápido para a população de Belém.

E VEM AÍ A NOVA ALMIRANTE BARROSO

Já foi iniciado o trabalho de pavimentação da avenida Almirante Barroso, parte do principal corredor de tráfego da capital. As obras, realizadas durante a noite, para não prejudicar o fluxo de trânsito na avenida, incluem recapeamento asfáltico, fresagem, nivelamento e sinalização. Via estruturante e parte do principal acesso a Belém, a avenida Almirante Barroso vai ser totalmente recuperada. A via já atingiu sua vida útil e começa a apresentar fissuras que comprometem a segurança do tráfego. Ao final dos serviços, surgirá uma nova Almirante Barroso, mais segura para todos que transitam pela cidade.





Interesse da China aumenta oferta do setor de carne brasileiro

A decisão da China de habilitar 17 novas plantas bovinas para exportação acabou animando o setor de carne de gado do País. Foi isso que indicou o novo relatório de produtos agrícolas do Brasil.

Até o momento eram 16 estabelecimentos e agora serão 33 plantas. Segundo agentes do setor, o número de frigoríficos era o fator que limitava o incremento nos volumes embarcados, já que ofertavam o máximo das capacidades das plantas de produção.

Além disso, de janeiro a agosto, o volume exportado aumentou 14,2% em relação ao ano anterior. Destaques para Hong

Kong e China que juntos representaram 39% de toda carne vendida, totalizando 441 mil toneladas. Em seguida, o Egito com um acréscimo de 15% no mesmo período e 120 mil toneladas compradas. A menor oferta global, aumento da demanda chinesa, principalmente, por conta da Peste Suína Africana e a desvalorização do real frente ao dólar tem corroborado para a elevação dos embarques de proteína animal.

No mercado doméstico, a menor oferta de animais para abate atrelado a demanda internacional aquecida tem avançado os preços do boi gordo, apesar

do consumo interno ainda em recuperação. Na média de agosto/19, o indicador do Esalq/B3 ficou 7% acima do mesmo período de 2018.

Para os próximos meses, deve ocorrer um incremento na oferta de animais para abate devido aos confinadores. Os confinamentos tem sido atrativos este ano, em especial, pelos menores patamares do preço do milho em relação a última safra. E as expectativas de recuperação econômica, mesmo que em ritmo lento podem sustentar os preços no mercado interno, melhorando as margens da atividade que vem sendo pressionada nos últimos anos.



Pecuária sustenta crescimento do PIB Agro no 1º semestre

O PIB do Agronegócio brasileiro recuou 0,8% em junho de 2019, de acordo com cálculos realizados pelo Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada), da Esalq/USP, em parceria com a CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil) e com a Fealq (Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz).

No acumulado do primeiro semestre de 2019, no entanto, o resultado manteve-se positivo, com crescimento de 0,53%. Segundo pesquisadores do Cepea, essa elevação na primeira metade do ano esteve atrelada aos resultados do ramo pecuário, que obteve crescimentos importantes no segmento primário e nos elos industriais (antes e depois da “porteira”) e, como reflexo, nos agrosserviços. O principal impulso à renda do ramo pecuário tem sido o aumento dos preços, que, por sua vez, reflete sobretudo a demanda internacional mais aquecida pelos produtos pecuários brasileiros.

Insumos – O segmento de insumos segue se destacando, tendo em vista que encerrou o primeiro semestre registrando expressiva alta de 7,26%. Pesquisadores do Cepea destacam que esse resultado se deve aos crescimentos observados nos ramos agrícola (de expressivos 9,08%) e pecuário (de 3,32%), que, por sua vez, têm sido influenciados positivamente ao longo de 2019 sobretudo pelos bons resultados nas indústrias de fertilizantes e defensivos.

Primário – Diferentemente dos demais segmentos, o primário foi o único que apresentou decréscimo no acumulado parcial do ano, de 2,04%. De acordo com pesquisadores do Cepea, essa retração está relacionada ao ramo agrícola, que apresenta queda de 7,71% no acumulado do semestre, tendo em vista que o pecuário, favorecido por maiores preços e produção, avançou 10%. A redução no segmento primário da agricultura decorre de preços em queda combinados a maiores custos de produção, o que tem pressionado a renda.

Agroindústria – No acumulado do primeiro semestre, tanto a agroindústria agrícola quanto a pecuária mantiveram



crescimentos, devido aos maiores preços e produção. Diante disso, o segmento agroindustrial como um todo apresentou alta de 1,26% na primeira metade do ano.

Serviços – O resultado positivo observado para o segmento de serviços no

primeiro semestre, de 0,65%, se deve especialmente ao efeito do bom ritmo de exportações brasileiras sobre os preços pecuários e sobre a demanda por serviços necessários para que esses embarques ocorram.





O principal impulso à renda do ramo pecuário tem sido o aumento dos preços, que, por sua vez, reflete sobretudo a demanda internacional mais aquecida pelos produtos pecuários brasileiros.

Valor Bruto da Produção Agropecuária deve atingir R\$ 601,9 bi em 2019

O Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) deve atingir R\$ 601,9 bilhões este ano, com base nos dados de agosto.

Alta - Houve também alta de 1,5% em comparação a 2018 (R\$ 593,1 bilhões). De acordo com Departamento de Financiamento e Informação da Secretaria de Política Agrícola, as lavouras representam R\$ 394,8 bilhões e a pecuária, R\$ 207,2 bilhões do VBP deste ano.

Safra - A safra de grãos prevista para este ano, de 242,1 milhões de toneladas (conforme dados da Conab), e o desempenho da pecuária, têm sido os principais impulsionadores do crescimento.

Lavouras - Entre as lavouras, os destaques são algodão e milho. “Os melhores resultados no ano ocorrem em algodão herbáceo, com acréscimo no VBP de 14,5%, amendoim, 14,5%, banana, 19,3%, batata

inglesa, 116%, feijão, 56,1%, laranja, 4,7%, mamona, 29,8%, milho, 22,1%, tomate, 16,1% e trigo, 8,5%. Os valores de algodão e milho são recordes na série analisada”, diz nota da secretaria, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Pecuária - Na pecuária, o crescimento foi alavancado pela produção de carnes bovina, suína, de frango e ovos, em razão da recuperação de preços, com exceção do leite, produto que registrou decréscimo de valor.

Redução - Alguns grupos apresentaram redução do VBP em relação a 2018. São eles: arroz (-6,5%), café (-24,7%), cana-de-açúcar (-8,9%), mandioca (-11,7%), soja (-12,6%) e uva (-5,7%). “Os preços e quantidades foram em geral os principais fatores afetando esses produtos neste ano”.

Ranking - Os cinco produtos com os

melhores desempenhos do VBP são soja, milho, cana-de-açúcar, algodão e café. “Estes representam 77,7% do valor das lavouras. Entre os estados, a liderança é de Mato Grosso, São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Rio Grande do Sul”.

O VBP mostra a evolução do desempenho das lavouras e da pecuária ao longo do ano e corresponde ao faturamento bruto dentro do estabelecimento. Calculado com base na produção da safra agrícola e da pecuária, e nos preços recebidos pelos produtores nas principais praças do país, dos 26 maiores produtos agropecuários do Brasil. O valor real da produção, descontada a inflação, é obtido pelo Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas. A periodicidade é mensal com atualização e divulgação até o dia 15 de cada mês.





Esse valor é o segundo maior em 30 anos, de acordo com série histórica iniciada em 1989. O primeiro ocorreu em 2017, com R\$ 607,9 bilhões.



Exportação de milho deve ultrapassar 37 milhões de toneladas

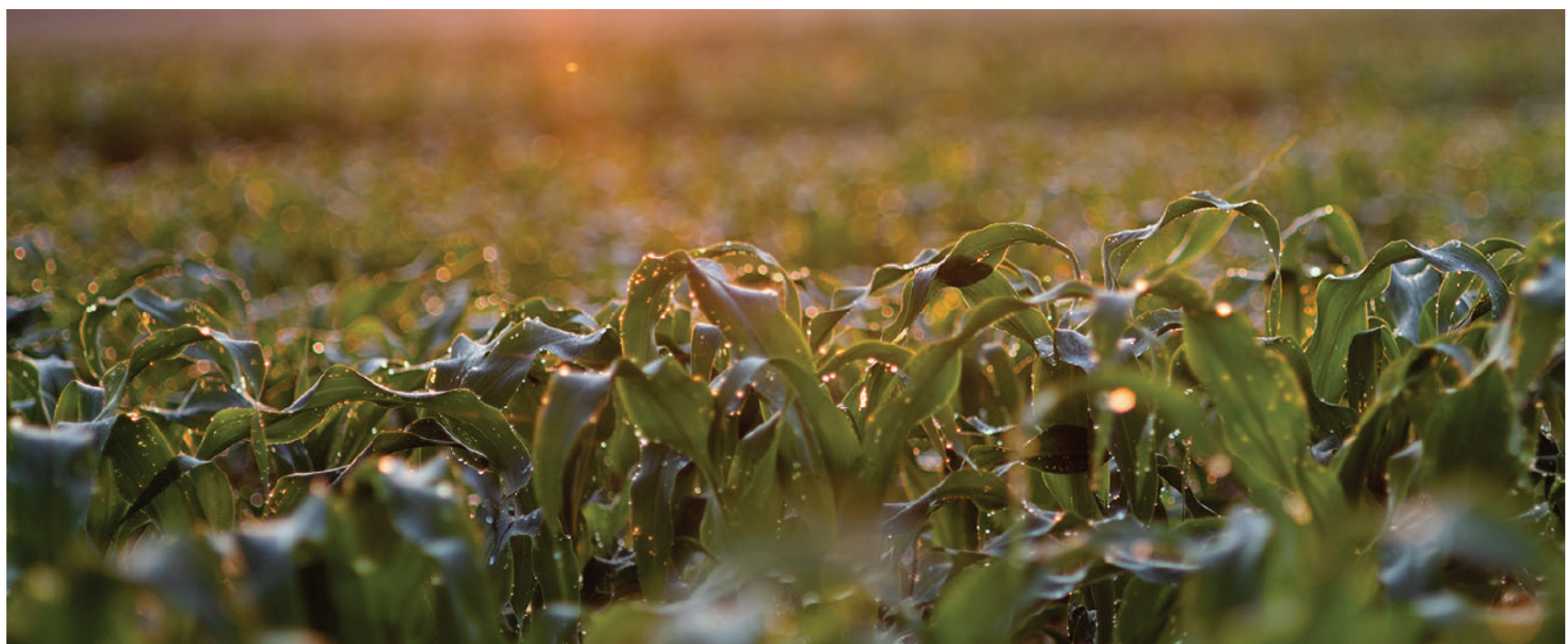
Com produção brasileira de milho podendo superar as 100 milhões de toneladas na safra 2018/2019, as exportações brasileiras do cereal podem chegar à 37 milhões de toneladas em 2019, o que representa um novo recorde. Foi isso que informou o novo relatório do Rabobank.

No entanto, os preços atuais não estão muito bons. “No Brasil, o indicador Esalq/B3 refletiu, em partes, essa desvalorização do milho no mercado internacional. O preço do cereal chegou a superar R\$ 39/saca (60kg) em junho e, em setembro, tem se mantido abaixo de R\$ 37/saca. Nesse ponto, a alta da taxa de câmbio, passando de patamar próximo de R\$ 3,85 em junho para valores que chegaram a superar R\$ 4,10 nas últimas semanas, ajudou a limitar perdas ainda mais significativas das cotações do milho no mercado local. Essa

paridade de exportação deve seguir direcionando os preços no Brasil nos próximos meses”, diz o texto.

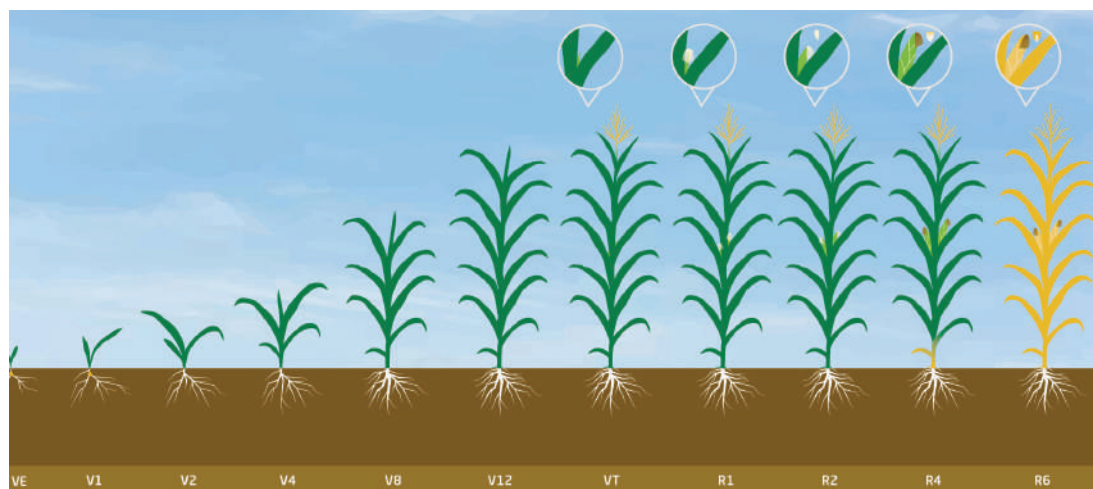
Nos Estados Unidos, o início conturbado da safra americana em função do excesso de chuvas levou o mercado a precificar um risco significativo de perdas de produção de milho no atual ciclo. “Em meado de junho, as cotações em Chicago chegaram a superar USD 4,50/bushel, o que também deu suporte e refletiu nos preços no Brasil naquele período”, completa.

“Porém, apesar de parte significativa da área de milho nos EUA não ter sido realmente semeada devido ao clima, a intenção de plantio do produtor americano, aparentemente, era muito maior que a prevista anteriormente no relatório do USDA de março – que apontava para algo próximo de 37,5 milhões de hectares”, conclui.





O preço do cereal chegou a superar R\$ 39/saca (60kg) em junho e, em setembro, tem se mantido abaixo de R\$ 37/saca.







Computadores podem identificar estresse da soja

Cientistas da Iowa State University, dos Estados Unidos, estão trabalhando para um futuro em que os agricultores possam usar aeronaves não tripuladas para detectar e até prever doenças e estresse em suas lavouras. Sua visão se baseia no aprendizado de máquina, um processo automatizado no qual a tecnologia pode ajudar os agricultores a responder ao estresse da planta com mais eficiência.

Arti Singh, professor adjunto de agronomia, lidera uma equipe de pesquisa multidisciplinar que recentemente recebeu uma bolsa de três anos e US\$ 499.845 do Instituto Nacional de Alimentos e Agricul-

tura do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) para desenvolver tecnologia de aprendizado de máquina que pudesse automatizar a capacidade dos agricultores para diagnosticar uma série de grandes estresses na soja. A tecnologia em desenvolvimento usaria câmeras acopladas a veículos aéreos não tripulados, ou UAVs, para coletar imagens panorâmicas dos campos de soja. Um aplicativo de computador analisaria automaticamente as imagens e alertaria o agricultor sobre pontos problemáticos.

“No mais básico, o aprendizado de máquina é simplesmente treinar uma máquina

para fazer algo que fazemos”, disse Singh. “Quando você quer ensinar a uma criança o que é um carro, você mostra os carros. É isso que estamos fazendo para treinar algoritmos de computador, mostrando um grande número de imagens de vários estresses de soja para identificar, classificar, quantificar e prever estresses em campo”, completa.

A equipe de pesquisa reuniu um enorme conjunto de dados de imagens de soja, algumas saudáveis e outras em estresse e doenças, que elas rotularam. Um programa de computador percorre as imagens rotuladas e monta algoritmos que podem reconhecer o estresse em novas imagens.

“O aprendizado de máquina é simplesmente treinar uma máquina para fazer algo que fazemos”



Empresa lança linha de financiamento para custeio



Financiamentos - Segundo o presidente da Primato, Ilmo Werle Welter, se trata de uma nova modalidade de linhas de crédito para as atividades relacionadas ao agronegócio. “O objetivo do lançamento das linhas de financiamento nos custeios agrícola, pecuário e de investimentos fazem parte de uma possibilidade que disponibilizamos à nossos cooperados para que possam desenvolver suas atividades com um planejamento financeiro estruturado, podendo fazer as compras de nutrição animal e medicamentos veterinários, produtos agropecuários, insumos, sementes para as safras de verão e inverno, assim como em infraestrutura na propriedade rural”, explicou.

Agrícola - Na parte do custeio agrícola, “o objetivo é para que o cooperado e produtor rural possam negociar todos os in-

sumos agrícolas, sejam sementes, adubos, fertilizantes e herbicidas com a cooperativa, que receberá seu planejamento e encaminhará diretamente à instituição financeira para liberação”, enfatizou Ilmo que ainda destacou, “isso para facilitar e agilizar os processos de custeio das safras que cada um desenvolve no decorrer do ano”.

Pecuária - O custeio pecuário se trata de uma linha de crédito que, “é disponibilizado para compra de rações, suplementos minerais, concentrados e medicamentos veterinários, ou seja, toda a parte pecuária para o rebanho, que também recebemos e encaminhamos diretamente para a instituição financeira para aprovação”, enalteceu Ilmo.

Inclusão - Todas as atividades pecuárias estão inclusas nesta linha de financiamento.

Investimentos - “Essa linha de custeio para investimentos é para quem busca melhorias em infraestrutura, máquinas e implementos agrícolas, tecnologia, automação, genética entre outros. Renovando e aumentando o seu patrimônio, trazendo com isso melhores rendimentos aos nossos cooperados”, definiu o presidente que concluiu, “vale ressaltar que cada caso será avaliado pela setor comercial da cooperativa junto e diretamente com a instituição financeira, podendo ter ajustes e alinhamento dentro da capacidade de cada solicitante, mas a intenção é ser o elo forte e facilitador de nossos cooperados, afinal, são processos burocráticos que demandam tempo e a ideia é agilizar este processo, deixando o produtor rural apenas focado na atividade”.

Com o objetivo de incentivar investimentos nas atividades agrícola e pecuária que a Primato Cooperativa Agroindustrial fez o lançamento de linhas de financiamento para custeio à cooperados que atuam com agricultura, pecuária de corte, leite, ovinos e piscicultura, assim como linhas de crédito para melhorias em infraestrutura nas propriedades rurais.





Rebanho do Pará alcança 20,6 milhões de cabeças

O Pará deu ombros à revisão do rebanho de gado bovino nacional — que reduziu em 1,5 milhão de cabeças de 2017 para 2018 — e cresceu. Dados que acabam de sair do forno do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio da Pesquisa Pecuária Municipal (PPM), revelam que o estado ganhou 43 mil cabeças, encerrando o ano passado com exatos 20.628.651 animais nos pastos. Com esse rebanho, matematica-

mente o estado tem média de cinco bois e vacas para cada dois paraenses.

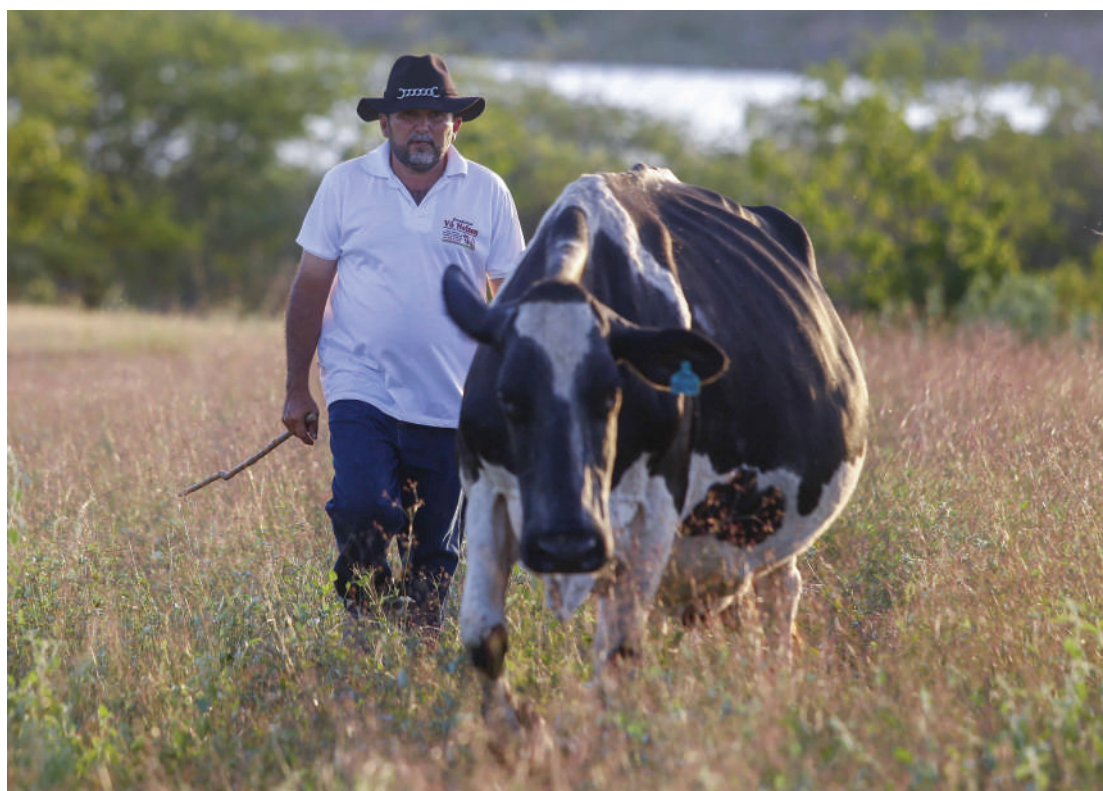
O Pará, hoje em 5º lugar em rebanho bovino, está a um passo de ultrapassar o efetivo do Mato Grosso do Sul, atualmente composto por 20.896.700. Aquele estado do Centro-Oeste perdeu quase 600 mil cabeças de gado na revisão do rebanho.

Mesmo os dados nacionais sendo consolidados para 2018 e com redução

do efetivo, o Brasil continua com mais bois na manga que o total de pessoas. São, oficialmente, 213.523.056 bovinos ante 210.147.125 humanoides estimados pelo IBGE para 2019. De acordo com o instituto, a queda no total de bovinos tem a ver com o fato de que, em 2018, foi registrado o segundo aumento consecutivo do abate, o terceiro maior abate de fêmeas desde 1997, atrás apenas de 2013 e 2014, e o recorde do abate de novilhas.



São Félix do Xingu continua majestoso como “rei do gado” no país. Entre dez principais praças pecuárias, outros três municípios são paraenses: Marabá, Repartimento e Cumarú do Norte.







São Félix e Repartimento são destaques

O município de São Félix do Xingu aumentou o plantel em 16 mil unidades, de 2017 para 2018, e segue líder nacional de boi no pasto. O segundo lugar no ranking, o sul-mato-grossense Corumbá, assistiu à redução de seu rebanho em mais de 45 mil cabeças.

Marabá, que era a 5ª maior praça de gado bovino do Brasil, caiu para a 6ª posição, com atualmente 1.033.749 animais. O município até aumentou o efetivo em mais de 8.600 cabeças, porém cresceu menos que as localidades que vinham atrás, sobretudo Porto Velho, capital de Rondônia, que aumentou o efetivo em quase 74 mil

animais e tomou de Marabá a posição em que estava em 2017.

Se mantiver o ritmo de crescimento em marcha lenta, na divulgação da PPM do ano que vem Marabá poderá rolar para a 9ª posição no ranking, sendo superado também pelos mato-grossenses Vila Bela da Santíssima Trindade (1.020.579 cabeças) e Juara (998.844), bem como pelo vizinho paraense Novo Repartimento (970.837). Novo Repartimento, diga-se de passagem, é o segundo do país em número de crescimento absoluto, com incremento de quase 71 mil animais.



São, atualmente, 2.256.734 animais, o que confere uma média local de 35 animais para cada dupla de moradores.

Parauapebas e Curionópolis em retrocesso

No ranking dos 20 principais rebanhos, o Pará emplaca sete nomes. Além de São Félix, Marabá e Repartimento, aparecem Cumaru do Norte (807.787), Altamira (707.958), Água Azul do Norte (651.004) e Pacajá (620.785). O estado do Mato Grosso vem na cola, com meia dúzia de nomes. Outros quatro representantes são do Mato Grosso do Sul. Dois são de Rondônia e um é de Goiás. Em resumo, as regiões Norte e Centro-Oeste dominam a criação de gado no país.

Nas cercanias de Parauapebas, Água Azul do Norte foi em grande medida o responsável por evitar um afundamento maior no efetivo total da microrregião, cujo rebanho despencou de 1,573 milhão de cabeças para 1,554 milhão de 2017 para 2018. Além de Água Azul, só Canaã

dos Carajás cresceu, passando de 212.903 animais para 221.436. Já Eldorado do Carajás regrediu de 339.704 para 317.482, enquanto Curionópolis apresentou redução de 256.321 para 253.445 e Parauapebas, de 119.800 para 110.642.

A situação da redução do rebanho em Parauapebas é uma das mais críticas e bizarras no país porque, em 2005, segundo a série histórica do IBGE, o município possuía rebanho estimado em 258 mil animais e desde então vem caindo até chegar atualmente a menos da metade. Além disso, a pecuária pode, se bem conduzida e aproveitada, ser alternativa econômica valiosa para o município, que sobrevive exclusivamente da extração de minério de ferro, cujo volume das reservas locais caminha para a exaustão.



A situação da redução do rebanho em Parauapebas é uma das mais críticas e bizarras no país

ALMANAQUE AGRO

O QUE AS FLORES REVELAM, SEGUNDO O HORÓSCOPO FLORAL ATLÂNTIDA

CRISÂNTEMO (DE 24 DE SETEMBRO A 18 DE OUTUBRO)

Os Crisântemos sempre foram um símbolo da luta pela justiça no sentido mais nobre do termo. Assim a luta das pessoas que nasceram sob este signo é dedicada totalmente ao equilíbrio, à justiça e à administração de bens materiais terrenos. Essas pessoas vivem no nosso meio para ultrapassar as exigências, a crença e a confiança cega e o egoísmo exagerado, pois só assim poderão concretizar seu verdadeiro objetivo de vida. Quando bem desenvolvidos, esses nativos do Crisântemo são confiáveis e amantes da paz, e oferecem a seus parceiros a segurança, o reconhecimento, a gratidão e a certeza de uma vida em comum bela e harmoniosa.

COMO USAR OS ÓLEOS ESSENCIAIS PARA A SAÚDE, A BELEZA E O BEM-ESTAR

- **Tangerina:** O óleo de tangerina é um dos mais seguros e pode ser usado por toda a família. Empregue-a para acalmar a mente hiperativa e promover um sono restaurador.
- **Propriedades Terapêuticas:** Antidepressivo, antiespasmódico, anti-inflamatório, antioxidante, antisséptico, calmante, carminativo, colagogo, depurativo, digestivo, diurético, sedativo e tônico.



CÉU EM SETEMBRO



**DIA 6
QUARTO
CRESCENTE**



**DIA 14
LUA CHEIA**



**DIA 21
QUARTO
MINGUANTE**



**DIA 28
LUA NOVA**

MOUSSE DE CHOCOLATE VEGANO

Bata todos os ingredientes, exceto o chocolate e o granulado, no liquidificador. Adicione o leite vegetal ou água aos poucos até formar um creme firme e homogêneo. Esse será nosso leite condensado.

Despeje o creme em uma panela, adicione o chocolate meio amargo ralado e leve ao fogo médio até que esteja firme e desgrudando da panela.

Deixe esfriar, faça bolinhas e passe no cacau em pó.

INGREDIENTES:

1 inhame grande cozido;
1/3 de xícara de açúcar de coco;
1/2 colher de chá de essência de baunilha;
1/2 xícara de leite vegetal;
1 colher de sopa de óleo de coco;
2 xícaras (cerca de 150g) de chocolate meio amargo ralado;
Cacau em pó para decorar.



POR: DANIEL CRESPO



O Pará operou quase R\$ 846 milhões no ano passado apenas com produtos de origem animal, sem contar abates, carnes e couros.

Mercado de abate ganha força no Pará

Um exército composto por milhares e milhões de bois, búfalos, cavalos, porcos, bodes, carneiros, galos, patos, perus, codornas, suas fêmeas e parentes próximos desfila por pastos de fazendas e quintais Pará adentro. É a pecuária em ação, que não para de crescer no estado e contribuir com o faturamento do mercado de abates, um nicho do agronegócio que movimentava bilhões de reais anualmente.

Os dados são da Pesquisa Pecuária Municipal (PPM) divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O Pará operou quase R\$ 846 milhões no ano passado apenas com produtos de origem animal, sem contar abates, carnes e couros. A produção leiteira movimentou sozinha R\$ 648 milhões, ao passo que a produção de ovos de galinha rendeu R\$ 189 milhões. Ainda teve o mel de abelha, que adocicou em R\$ 8 milhões a economia paraense.

Santa Izabel do Pará (R\$ 46,3 milhões), Santo Antônio do Tauá (R\$ 44,2 milhões)

e Água Azul do Norte (R\$ 38,1 milhões) são as localidades do estado que mais se destacam em produtos de origem animal — o primeiro e o segundo pela liderança na produção de ovos e o terceiro pela liderança na produção leiteira.

O Pará possui os maiores criadouros de bois (São Félix do Xingu) e búfalos (Chaves) e o segundo maior reduto de cavalos e afins (São Félix do Xingu). Com tanta riqueza assim, vinda do suor de homens e mulheres que lidam com o campo, seja com pecuária, seja com produção agrícola, o Pará tem condições efetivas de se transformar num celeiro de desenvolvimento humano e progresso social mediante o engajamento das cadeias produtivas locais e a participação de todos. No entanto, a riqueza movimentada pelo estado parece não ser suficiente — e de fato, sozinha, não é — para realizar as mudanças, para melhor, de que o estado e sua gente necessitam.

Texto: Zé Dudu





Pará lidera produção na extração vegetal do país

Em 2018, o Pará movimentou R\$ 1,33 bilhão em produtos oriundos da extração vegetal e ocupou o primeiro lugar nacional nesse nicho da economia. As informações foram divulgadas na manhã desta quinta-feira (19) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que lançou a edição deste ano do levantamento da Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (Pevs), uma espécie de radiografia da economia florestal e da silvicultura.

O Pará movimentou mais recursos financeiros na extração vegetal que o segundo e o terceiro colocados no ranking, respectivamente Mato Grosso (R\$ 623,6 milhões) e Paraná (R\$ 500,8 milhões). Além dos três, apresentaram produção expressiva os estados do Amazonas (R\$ 302,9 milhões), Maranhão (R\$ 283,7 milhões), Piauí (R\$ 188,4 milhões), Rondônia (R\$ 169,1 milhões), Ceará (R\$ 155,3 milhões) e Bahia (R\$ 145,1 milhões).

Os produtos paraenses selvícolas mais valorizados, de acordo com o IBGE, são a madeira em tora, responsável por render formalmente R\$ 765 milhões, e o açaí, que movimentou R\$ 454,4 milhões. Também tiveram alguma expressão a lenha (R\$ 42,1 milhões) e

a castanha-do-pará (R\$ 36,1 milhões).

No Brasil, a madeira é o produto florestal mais demandado, tendo gerado faturamento de R\$ 1,85 bilhão em 2018. O açaí vem em seguida, com R\$ 592 milhões, enquanto a lenha surge com R\$ 524,5 milhões. Curiosamente, o quarto produto é a eva-mate, com R\$ 468 milhões em movimento e cuja colheita é restrita apenas a Paraná, líder nacional, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e, em escala mínima, no Mato Grosso do Sul.

Municípios

Portel (R\$ 229 milhões), Limoeiro do Ajuru (R\$ 153,6 milhões) e Oeiras do Pará (R\$ 110,3 milhões) são os campeões nacionais da produção de itens oriundos da extração vegetal. Santarém (5º, R\$ 106,6 milhões) e Baião (10º, R\$ 55,6 milhões) também estão na lista. Em comum esses municípios têm a extração madeireira e ou de açaí.

O Pará também tem os maiores produtores municipais de castanha-do-pará. O líder absoluto é Óbidos, que faturou R\$ 16,8 milhões, e Oriximiná, que movimentou, R\$

8,8 milhões. O estado está quase retornando ao topo da produção de castanha, depois de quase 20 décadas longe do pódio. No ano passado, o Pará produziu R\$ 36,1 milhões em castanha e ultrapassou o Acre, R\$ 35,1 milhões, antigo maior produtor. Atualmente, o Amazonas lidera com R\$ 36,6 milhões de movimentação financeira.


Região de Carajás

O Blog recortou dados exclusivos para a região de Carajás e constatou que os municípios com maior representação no extrativismo vegetal no ano passado foram São Domingos do Araguaia (R\$ 7,47 milhões), Marabá (R\$ 4,36 milhões) e Eldorado do Carajás (R\$ 1,16 milhão). No comparativo com 2017, São Domingos perdeu participação enquanto Marabá e Eldorado apresentaram crescimento.

Parauapebas (R\$ 910 mil), Curionópolis (R\$ 566 mil) e Canaã dos Carajás (R\$ 404 mil) vêm na sequência, enquanto o município de Palestina do Pará, com apenas R\$ 1 mil movimentados, é o lanterna da produção.



Dos dez municípios que mais produzem recursos de extrativismo, cinco são do Pará. Primeiros lugares também são todos paraenses: Portel (1º), Limoeiro do Ajuru (2º) e Oeiras do Pará (3º).



**No ano passado, o
Pará produziu R\$ 36,1
milhões em castanha e
ultrapassou o Acre, R\$
35,1 milhões, antigo
maior produtor.**

Óbidos é líder na produção de Castanha-do-pará

No Brasil, a madeira é o produto florestal mais demandado, tendo gerado faturamento de R\$ 1,85 bilhão em 2018. O açaí vem em seguida, com R\$ 592 milhões, enquanto a lenha surge com R\$ 524,5 milhões. Curiosamente, o quarto produto é a eva-mate, com R\$ 468 milhões em movimento e cuja colheita é restrita apenas a Paraná, líder nacional, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e, em escala mínima, no Mato Grosso do Sul.

Portel (R\$ 229 milhões), Limoeiro do Ajuru (R\$ 153,6 milhões) e Oeiras do Pará (R\$ 110,3 milhões) são os campeões nacionais da produção de itens oriundos da extração vegetal. Santarém (5º, R\$ 106,6 milhões) e Baião (10º, R\$ 55,6 milhões) também estão na lista. Em comum esses municípios têm a extração madeireira e ou de açaí.

O Pará também tem os maiores produtores municipais de castanha-do-pará.

O líder absoluto é Óbidos, que faturou R\$ 16,8 milhões, e Oriximiná, que movimentou, R\$ 8,8 milhões. O estado está quase retornando ao topo da produção de castanha, depois de quase 20 décadas longe do pódio. No ano passado, o Pará produziu R\$ 36,1 milhões em castanha e ultrapassou o Acre, R\$ 35,1 milhões, antigo maior produtor. Atualmente, o Amazonas lidera com R\$ 36,6 milhões de movimentação financeira.



Marabá e Eldorado dos Carajás registram crescimento

O extrativismo vegetal consiste na simples extração de produtos vegetais que não foram cultivados pelo homem, como madeira, óleos, frutos, borracha, entre outros. No Brasil, em especial na Região Norte, é muito comum o extrativismo de madeiras, castanhas, açaí e látex (que é uma seiva extraída da seringueira), muito utilizado para a fabricação de borracha. Apesar do extrativismo não ser considerado sempre predatório e destrutivo, é difícil encontrar áreas ecologicamente equilibradas.

Não devemos confundir extrativismo vegetal com agricultura. No extrativismo, o homem somente coleta os recursos que a natureza lhe proporciona; na agricultura, o homem faz a colheita daquilo que plantou e cultivou. O extrativismo vegetal também é chamado de coleta vegetal. O Brasil, por ser um país com vasta extensão territorial, apresenta espaço suficiente para as reservas naturais.

Os municípios com maior representação no extrativismo vegetal no ano passa-

do foram São Domingos do Araguaia (R\$ 7,47 milhões), Marabá (R\$ 4,36 milhões) e Eldorado do Carajás (R\$ 1,16 milhão). No comparativo com 2017, São Domingos perdeu participação enquanto Marabá e Eldorado apresentaram crescimento.

Parauapebas (R\$ 910 mil), Curionópolis (R\$ 566 mil) e Canaã dos Carajás (R\$ 404 mil) vêm na sequência, enquanto o município de Palestina do Pará, com apenas R\$ 1 mil movimentados, é o lanterninha da produção.

Município de Palestina do Pará, com apenas R\$ 1 mil movimentados, é o lanterninha da produção.





Desmatamento e queimada assolam a Amazônia

A madeira é um dos produtos mais visados no extrativismo vegetal no Brasil. Normalmente, é extraída da mata de araucária ou floresta subtropical, com destino à produção de papel e celulose; da mata atlântica, que continua sendo explorada ilegalmente, mesmo existindo proteção de lei; e da floresta amazônica, que gera muita madeira de lei. A extração de madeira está diretamente ligada ao problema do desmatamento no Brasil.

No leste do Pará, ocorre especialmente a extração da castanha-do-pará, que é um produto muito valorizado no Brasil e também na exportação. Cerca de 80% da produção é destinada aos EUA e Europa Ocidental. Os principais produtores são Amapá e Pará. As palmeiras típicas da região amazônica fornecem palmito, que abastece o mercado interno e servem ainda para exportação, já que

dessas árvores se aproveita praticamente tudo. Os principais produtores de palmito são Amapá e Pará. A extração do látex já teve importância bem mais significativa em seu extrativismo para o Brasil. O produto obtido através da seringueira ainda é utilizado na produção nacional de borracha, porém perdeu muito espaço com o avanço da tecnologia. O babaçu, extraído de palmeiras que compõem a mata dos cocais, encontradas principalmente no Maranhão, na parte ocidental de do Piauí e em Tocantins, é importante em aplicações industriais e alimentícias. No Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte, a extração de carnaúba, feita em grandes palmeiras, tem como destino várias aplicações industriais. É totalmente aproveitada e chamada de “árvore da vida”. Da folha, se produz cera; do caule, a madeira; e, das raízes, medicamentos.





A extração de madeira está diretamente ligada ao problema do desmatamento no Brasil.



**VAMOS ABRIR
UM SORRISO EM
CADA ROSTO.**



A Prefeitura de Ananindeua trabalha, dia após dia, para garantir a cada cidadão o direito de sorrir.

PAVIMENTANDO OS CAMINHOS

A Prefeitura pavimentou mais de **600 vias**, num total de **500 km**, em todos os bairros, melhorando a mobilidade. Os caminhos também estão mais iluminados e seguros. Só este ano, foram recuperados quase **4.000 pontos de iluminação pública**.



MELHORANDO A EDUCAÇÃO

Ananindeua tem o **segundo melhor ensino do Pará** nas séries iniciais, segundo o Ideb. Os bons resultados vêm dos investimentos que não param.



A Prefeitura empossou **500 novos servidores** concursados na Educação, dobrou o número de estudantes com deficiência atendidos na rede e mais:



Ampliação da rede escolar 2013 / 2019

- **Construção de escolas: 14 entregues e 2 em obras**
- **Reforma e ampliação de escolas: 50 entregues e 5 em obras**
- **Creches: 9 entregues e 2 em obras**



INDO ONDE O POVO ESTÁ

Chegar cada vez mais perto do cidadão é a meta do programa **Prefeitura na Comunidade**, que vai a uma área levando drenagem, asfaltamento, limpeza de ruas, iluminação pública e um mutirão de serviços. Já foram beneficiadas comunidades do Aurá, Jaderlândia, São Sebastião, Águas Brancas e Paar.



AMPLIANDO ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA

Uma praça é espaço para passear, se exercitar, brincar, apreciar a natureza.

A Prefeitura investiu na **reforma e ampliação com novos equipamentos de 9 praças** em vários bairros.



GARANTINDO MELHOR ABASTECIMENTO

Conforto e higiene para trabalhadores e consumidores, a Prefeitura construiu e entregou **5 mercados municipais: Central, Paar, 40 Horas, Aurá e Curuçambá**. E 4 mercados estão em construção: **Jaderlândia, Distrito Industrial, Icuí e Águas Lindas**.



PROPORCIONANDO VIDA NOVA

Casa própria é sonho e dignidade para a família. A Prefeitura de Ananindeua, em parceria com o Programa Minha Casa Minha Vida, já entregou **11 residenciais e 9.000 famílias estão de casa nova**. **Mais 3 residenciais serão entregues em breve**.



ASSISTINDO QUEM MAIS PRECISA

As famílias que mais precisam encontram atendimento e cuidados nos **10 Centros de Referência em Assistência Social (CRAS)** mantidos pela Prefeitura de Ananindeua: Guanabara, Santana do Aurá, Estrela Ananin, Jaderlândia, 40 Horas, Complexo do 6, Daniel Reis, Distrito Industrial, Uirapuru e Curuçambá.



CUIDANDO DAS PESSOAS

Cuidar das pessoas é dever da Prefeitura. Por isso, os investimentos seguem firmes, com a construção de **3 unidades de saúde e reforma de outras 11**. A população conta com **4 UPAs 24h** em funcionamento, **3 unidades de urgência e emergência** e o **Centro de Especialidades Odontológicas** renovado e completamente equipado.





Pesca esportiva é implementada na Floresta Estadual de Faro

A atividade de pesca esportiva está sendo implementada na Floresta Estadual de Faro, no oeste do Pará, localizada na Calha Norte do estado, com o objetivo de proteção do meio ambiente e das espécies, melhoria da qualidade de vida das comunidades tradicionais com a geração de emprego e renda. A temporada da atividade foi iniciada na região em agosto deste ano e segue até dezembro. A Unidade de Conservação (UC) de uso sustentável é gerida pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Pará (Ideflor-

-Bio), por meio da Gerência da Região Administrativa da Calha Norte II.

A intenção é transformar e consolidar a UC como um importante destino de pesca esportiva dentro do estado. Para isso, o Instituto investe na capacitação das comunidades locais, como a do Português e Monte Sião, localizadas no interior da UC, no Pará; além de firmar parceria com as comunidades de Cuipiranga, Sete Ilhas e Veneza, residentes na margem do rio Nhamundá, área de abrangência da UC pertencente ao estado do Amazonas. Os co-

munitários passaram por um processo de capacitação, envolvendo alguns parceiros, como o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) e o Corpo de Bombeiros Militar do Pará.

Nos cursos, foram abordados conteúdos como a legislação de UCs, segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC); técnicas de condução; manuseio e manutenção de motores de rabeta e voadeira; interpretação ambiental; pesca esportiva; observação da natureza; administração de conflitos; entre outros.



**A temporada da atividade
foi iniciada na região em
agosto deste ano e segue até
dezembro.**





Polícia Ambiental garante segurança dos visitantes

As atividades de pesca esportiva em Faro obedecem algumas regras e, para participar, cada visitante paga uma taxa, que é revertida para a associação dos moradores. “Os condutores que pilotam as lanchas dos pescadores esportivos recebem diárias. Pessoas das comunidades desenvolvem outros trabalhos com a finalidade de atender bem os clientes”, pontuou a técnica em gestão ambiental do Ideflor-Bio, Socorro Almeida.

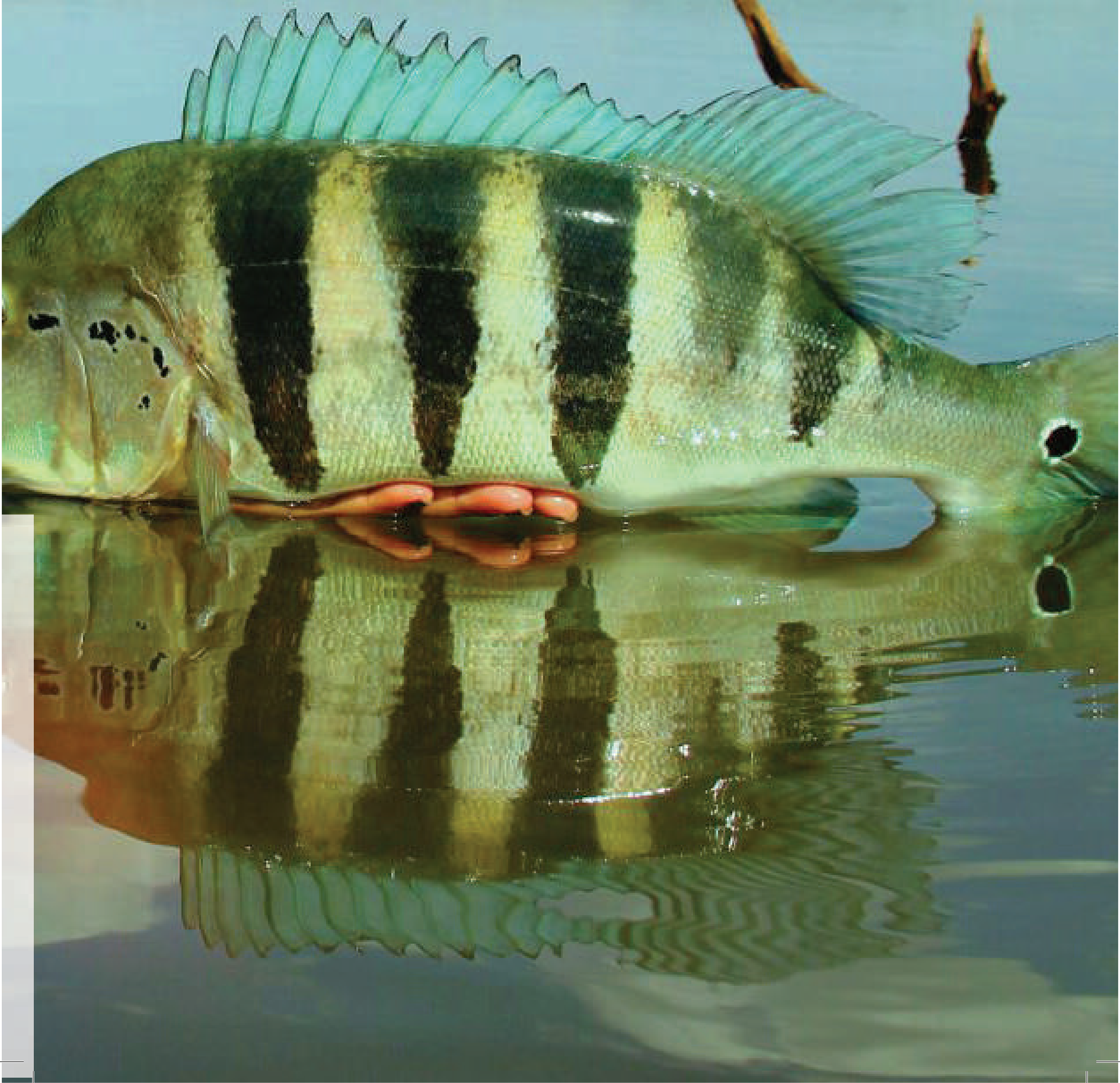
O Batalhão de Polícia Ambiental (BPA) trabalha em parceria com o Instituto, com

o objetivo de garantir a segurança dos visitantes, o ordenamento, monitoramento e fiscalização contra crimes ambientais, sobretudo, assegurando a permanência do principal ator nesse processo de consolidação da atividade de pesca esportiva, que são os peixes de grande porte, tais como tucunaré, filhote e o trairão, entre outras espécies.

Outra ação implementada pelo Instituto na região é o desenvolvimento de estudos em parceria com pesquisadores no ramo da ictiologia – voltado ao estudo

dos peixes – e áreas afins, para a obtenção de conhecimento da cadeia que envolve a pesca esportiva. A ideia é celebrar um acordo de cooperação técnica com os profissionais. “Precisamos que essa atividade seja sustentável e que as populações entendam a importância da preservação e da conservação ambiental, obtendo lucro com a floresta em pé e os rios preservados, bem como de todos os recursos naturais existentes, usando os mesmos com responsabilidade”, ponderou a presidente do Ideflor-Bio, Karla Bengtson.

Outra ação implementada pelo Instituto na região é o desenvolvimento de estudos em parceria com pesquisadores no ramo da ictiologia – voltado ao estudo dos peixes



Justiça barra precatório de R\$ 768 mi da reforma agrária no Pará

A Advocacia-Geral da União (AGU) obteve na Justiça o cancelamento de precatórios de desapropriação de fazendas localizadas no município de Santana do Araguaia (PA), evitando o “pagamento indevido” de mais de R\$ 768 milhões. A AGU atuou no âmbito de execução provisória de terras desapropriadas para fins de reforma agrária em Continua depois da publicidade 1999. Santana do Araguaia, com cerca de 70 mil habitantes, fica no sudeste do Pará, a 1.060 quilômetros de Belém. O valor pleiteado pelos antigos donos da terra era de R\$ 1,5 bilhão – o que foi questionado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) por meio de pedido de impugnação.

O juízo de primeira instância entendeu

pela expedição de precatório de R\$ 768 milhões, “considerando o valor incontroverso”. Mas a Procuradoria-Regional Federal da 1.ª Região (PRF-1) e a Procuradoria Federal Especializada junto ao Incra (PFE/Incra) questionaram a decisão em recurso.

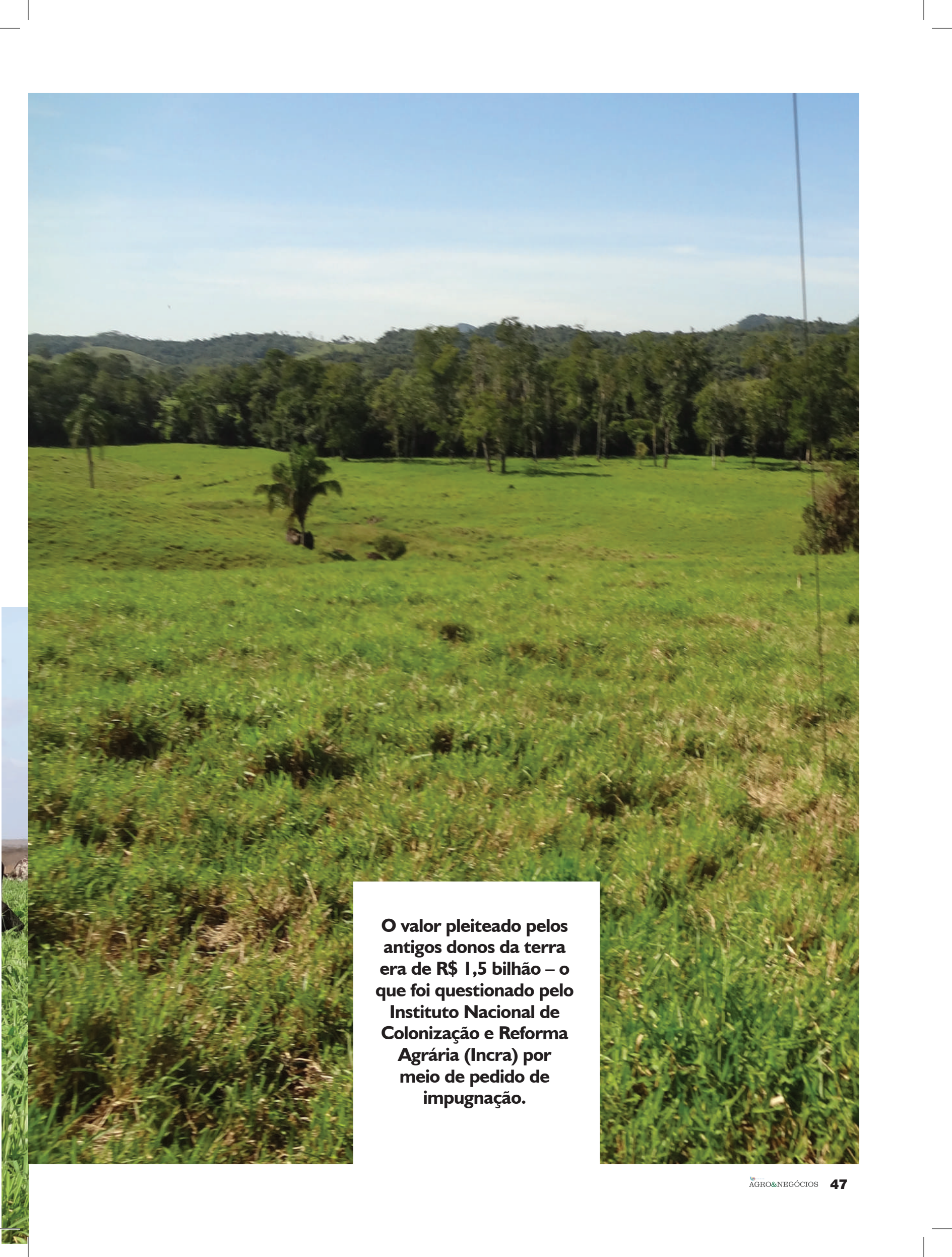
As unidades da AGU apontaram que a ordem judicial era nula, porque: “Não houve a intervenção obrigatória do Ministério Público no processo, não houve análise de impugnação apresentada e não caberia execução provisória contra a Fazenda Pública diante da ausência de trânsito em julgado da ação de conhecimento”. A AGU advertiu, ainda, que não havia qualquer parcela incontroversa a legitimar o cumprimento provisório da sentença, uma vez que está pendente de julgamento recurso

– Resp nº 1.692.051 – interposto pelo Incra no qual são discutidos os parâmetros temporais para avaliação do imóvel, dedução do passivo ambiental, aplicação do fator de ancianidade da posse, área a ser indenizada, prazo de resgate dos títulos e juros compensatórios. “Ou seja, ainda paira incerteza sobre a própria existência de complementação da indenização”, assinala a AGU.

Por unanimidade, a 3.ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região (TRF-1) acolheu os argumentos da AGU e deu provimento ao recurso interposto pelo Incra, suspendendo o pagamento dos precatórios.

Fonte: Estado de Minas





O valor pleiteado pelos antigos donos da terra era de R\$ 1,5 bilhão – o que foi questionado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) por meio de pedido de impugnação.



**Consulta pública
na internet quer
saber opinião de
moradores.**

População pode votar sobre criação do Estado do Tapajós

A população de Santarém, no oeste do Pará, pode decidir o futuro da região. O Senado Federal abriu uma consulta pública para saber se os moradores querem que seja criado o Estado do Tapajós ou não. O objetivo é saber a opinião dos moradores da região e posteriormente um novo plebiscito ser realizado. Os moradores podem votar acessando o site do Senado Federal.

De acordo com o Instituto Cidadão Pró Estado do Tapajós (ICPET) é muito importante que a população vote na enquete. “Estamos incentivando a população para votar o mais rápido possível para chamar atenção dos senadores”, disse Jean Carlos Leitão. Em agosto o novo pedido de plebiscito para a criação do estado do Tapajós é protocolado no Senado Federal pelo senador Siqueira Campos (DEM).



Radisson®

HOTEL MAIORANA



O Radisson Hotel Maiorana, situado no centro de Belém, possui ampla área de lazer, com piscina, jacuzzi, sauna e fitness center. Também dispõe de Wi-Fi gratuito, business center, estacionamento privativo e restaurante que serve buffet de café da manhã. Os quartos do hotel apresentam decoração e cores modernas, e são equipados com ar-condicionado, piso frio, mesa de trabalho com cadeira ergonômica e TV a cabo.


Dispõe de diversos pacotes exclusivos de acordo com a necessidade do hóspede, são eles: Ensaio de luxo, festa do pijama, dia do noivo(a) e o pacote de núpcias. O Radisson Hotel Maiorana procura sempre satisfazer os seus desejos e necessidades.

O buffet de café da manhã servido pelo restaurante JP inclui uma variedade de frutas frescas, pães e frios. No restaurante e bar do hotel, você também pode desfrutar da gastronomia regional e internacional, assim como uma seleção de bebidas. O happy hour as quartas e quintas é um grande atrativo para quem procura relaxar após um longo dia de trabalho.

O Radisson Hotel Maiorana fica próximo dos principais pontos turísticos da cidade, são eles Estação das Docas, Ver-o-Peso, Ver-o-Rio, Praça da República e Batista Campos, Mangal das Garças, Forte do Castelo, entre outros.

Entre em contato, conheça o Radisson Hotel Maiorana e tudo o que ele pode oferecer.



 (91)3205-1399

 (91)99988-4007

 reservas.rbel@atlantichotels.com.br

  @radissonhotelbelem

Festival Internacional do chocolate gerou mais de R\$ 7 milhões em negócios





Um total de R\$ 7,6 milhões foram fechados em negócios na noite da sexta-feira (20), na primeira Rodada Internacional de Negócios do 6º Festival Internacional do Chocolate e Cacau, no Hangar - Centro de Convenções, em Belém. A programação inédita, batizada de “Mercado de Negociação” e programada para comercializar as amêndoas de produtores paraenses, reuniu 11 empresas e compradores internacionais de países como a Guiana Francesa, Suriname e até da China, potencializando o conhecimento sobre as marcas e empreendimentos e estreitando as relações para futuras transações comerciais com produtores do Pará, um dos objetivos do evento.

Na prática, o Mercado de Negociação

mobilizou produtores brasileiros e compradores internacionais em rodadas conduzidas pelo Sebrae Pará e pelo Centro Internacional de Negócios da Federação das Indústrias do Pará (CIN/Fiepa), parceiros do Governo do Estado, realizador do Festival, através das secretarias estaduais de Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca (Sedap) e Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia (Sedeme).

“Tivemos grandes contribuições da Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaueira (Ceplac), que indicou as cooperativas, a própria Sedeme indicou comprador, também contamos com a participação da Embaixada do Brasil no Suriname, esses apoios foram vitais”, observou a coordenadora do CIN/Fiepa,

Cassandra Lobato.

O diretor da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Estado do Pará (Codec), Manoel Ibiapina, resalta que esse trabalho de articulação e estímulo ao setor produtivo das secretarias e demais órgãos estaduais, em parceria com as entidades do setor produtivo, é valioso para o fortalecimento dos segmentos econômicos, evidenciados no evento.

Manoel Ibiapina ficou bem satisfeito com as repercussões obtidas nas negociações. “Estamos alinhados para desenvolver a nossa economia dentro da diretriz do Governo do Pará, que nos incentiva a promover ações que gerem empregos e renda para a população paraense”, concluiu.

Reforma tributária e benefícios fiscais no Agronegócio

Omar Farah Freire*
Jean Paolo Simei e Silva**

Com a reforma previdenciária se encaminhando para as etapas finais de tramitação no Congresso Nacional, as atenções começam a se voltar para a reforma tributária. As duas principais propostas são a proposta de emenda à Constituição – PEC nº 45/2019, da Câmara dos Deputados, e a PEC nº 110/2019 (antiga 293/2004), do Senado Federal. Dentre as várias novidades que seriam trazidas, uma merece destaque: a criação do Imposto sobre Bens e Serviços – IBS.

Com o espírito de simplificar o sistema tributário brasileiro, ambos os projetos preveem a criação do IBS em substituição a diversos tributos. A PEC nº 45/2019 propõe uma unificação dos principais tributos incidentes sobre o consumo, que são ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS. Por sua vez, a PEC nº 110/2019 (293/2004) levaria à substituição de nove tributos: ICMS, ISS, IPI, IOF, PIS, PASEP, COFINS, CIDE-Combustíveis e Salário-Educação.

Além disso, segundo a primeira proposta, o IBS seria instituído por meio de lei complementar, sendo uniforme em todo o território nacional. A participação dos Estados e Municípios passaria a ser restrita à definição da alíquota a ser aplicada para todos os bens, serviços e direitos alcançados pelo novo tributo. Também não seria possível estabelecer alíquotas diferentes

do IBS, dentro de um mesmo Estado ou Município, para bens, serviços e direitos. Dessa forma, seria afastada, assim, a seletividade que atualmente existe no ICMS e no IPI e permite a definição de alíquotas mais baixas para bens essenciais.

Por sua vez, a PEC nº 110/2019 (293/2004) prevê que o IBS seria um imposto estadual, mas instituído por lei complementar nacional. A regulamentação seria única e ficaria a cargo da lei complementar, sendo proibida a existência de leis estaduais próprias. Ainda, a alíquota do imposto seria padrão, com algumas exceções, e o imposto não poderia ser objeto de isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia, remissão ou qualquer outro tipo de incentivo ou benefício fiscal ou financeiro vinculado ao imposto. Excepcionalmente, lei complementar poderia permitir a concessão de benefícios fiscais, anistia ou remissão em relação a certos produtos já indicados na Constituição, como alimentos e medicamentos.

Como se pode perceber, tanto uma proposta quanto a outra retiram dos Estados a liberdade para definirem sua política fiscal em relação à concessão de benefícios fiscais. Qualquer tipo de desoneração precisaria passar por tramitação no Congresso Nacional, seguindo o procedimento da lei complementar, que exige maioria absoluta na Câmara dos Deputados (mínimo de 257 deputados) e no Senado Federal

(mínimo de 41 senadores). Ou seja, dependeria de uma ampla articulação política em Brasília, num procedimento moroso, e, por tal razão, ineficiente no atendimento do setor de economia que se buscava beneficiar, esfacelando tal viés extrafiscal do tributo.

Por mais que a concessão de benefícios fiscais de ICMS já dependa, atualmente, de autorização prévia do Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ, este órgão integrante do Ministério da Economia



* Omar Freire é Procurador do Estado do Pará e advogado tributarista associado do escritório Fonseca Brasil Advogados.

é composto pelos Secretários de Fazenda, Finanças ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal. As decisões são tomadas por unanimidade dos Estados presentes às reuniões, e não por 257 membros de uma Casa, mais 41 de outra.

Ademais, não há necessidade de se percorrer o longo e por vezes desgastante processo legislativo do Congresso Nacional. No âmbito do CONFAZ, que se reúne periodicamente, não raro são autorizados benefícios para um único Estado, como ocorreu com o Convênio ICMS nº 99/2017, que autorizou somente o Estado do Pará a conceder isenção do imposto nas operações internas com polpa de ação e cupuaçu e redução de base de cálculo nas operações interestaduais com os mesmos produtos, de forma que a carga tributária resulte em, no mínimo, 3%.

A retirada do poder dos Estados de definir quais setores devem contar com desonerações de impostos estaduais, sobretudo no âmbito do ICMS, possui impacto direto no agronegócio. No Estado do Pará, existe isenção para inseticidas, fungicidas, herbicidas, parasiticidas, germicidas, acaricidas, nematocidas, raticidas, desfolhantes, dessecantes, espalhantes, adesivos, estimuladores e inibidores de crescimento (reguladores), vacinas, soros e medicamentos produzidos para uso na agricultura e na pecuária, inclusive inoculantes.

Mesmo que a PEC nº 110/2019, do Senado Federal, permita a concessão de benefícios e incentivos fiscais para operações com alimentos, será que os insumos mencionados, essenciais na produção de alimentos e na pecuária, também poderiam ser incluídos no novo conceito constitucional?

Mais um exemplo para ilustrar as dificuldades que seriam trazidas pela proposta é o do transporte da produção agropecuária. Atualmente, o RICMS/PA concede isenção de ICMS no transporte intermuni-

cipal de gado bovino, quando tiver início e término em território paraense, realizado entre os estabelecimentos produtores e dos estabelecimentos produtores às indústrias para o abate. A proposta de reforma tributária, tal qual redigida atualmente, se refere apenas ao serviço de transporte público coletivo de passageiros. Assim, fica a dúvida: o transporte das mercadorias beneficiadas também seria isento?

Por mais que as discussões estejam apenas se iniciando, é possível antecipar que a provável resposta a esta e outras perguntas similares é negativa. Isso porque o Código Tributário Nacional determina a interpretação literal da outorga de isenção. Quer isso dizer que, se a lei mencionar apenas a própria mercadoria, silenciando sobre o seu transporte, deve-se entender que o transporte não foi agraciado pela isenção. O Superior Tribunal de Justiça adota pacificamente tal orientação.

Outro aspecto do ICMS que não poderia mais ser regulado pela legislação estadual é o momento do pagamento do imposto. O Regulamento do ICMS do Estado do Pará – RICMS/PA difere o pagamento do tributo, em diversas situações, para a operação seguinte de saída da mercadoria. Tais regras são bastante comuns em relação a produtos agrícolas, quando o produtor realiza saída para estabelecimentos no território paraense. É o caso, por exemplo, das saídas internas com soja, milho, arroz e feijão. Neste mesmo caso, quando o estabelecimento industrial promover a saída seguinte, o regulamento prevê redução da base de cálculo de modo que a carga tributária seja de 2% (dois por cento).

Da mesma forma, o ICMS fica diferido nas saídas internas com gado bovino destinado a estabelecimento abatedor, devendo ser recolhido apenas no momento da saída da carne e dos produtos comestíveis resultantes do abate. E ainda é concedido crédito presumido de modo que a carga

tributária resulte em 1,8%.

Ainda que estes dois exemplos possam ser facilmente enquadrados no conceito de “alimento”, fato é que a concessão de benefício ou incentivo fiscal não será automática. Dependerá de previsão expressa em lei complementar nacional, a qual, como apontado, teria que ser aprovada pelo Congresso Nacional.

Esse cenário causa receios porque a adequada gestão dos benefícios fiscais gerou crescente arrecadação ao Estado do Pará, passando de 2,6% de participação do PIB, em 1988, para 7,3%, em 2015, com crescimento de 4,7 pontos, maior crescimento percentual entre os Estados (fonte: CONFAZ e IBGE).

Receia-se que a tomada de rédeas na gestão do ICMS, com rígidos óbices aos regionalismos de um país tão díspar, termine por refrear o crescimento do Estado e, ainda, impeça-o de incentivar atividades estratégicas para a economia paraense.



** Jean Simei é sócio tributarista do escritório Fonseca Brasil Advogados



Extremamente pobres são maioria em 65 municípios

Um exército de 3 milhões e 45 mil paraenses vivem, em algum lugar deste imenso estado, praticamente sem eira nem beira, à margem do desenvolvimento. Às vésperas de receber o recenseamento geral da população, o Pará estagnou quando o assunto é progresso social. O batalhão de paraenses considerados extremamente pobres, com registro no Cadastro Único do Governo Federal, é suficiente para montar praticamente dois estados do Tocantins, cuja população se aproxima de 1,573 milhão de habitantes, conforme a mais recente estimativa divulgada no final do mês passado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os números, que estão nos registros administrativos do Cadastro Único, guardados pelo Ministério da Cidadania, são vexatórios e sinalizam que, se nada for

feito, o Pará se tornará em poucos anos a Unidade da Federação mais pobre do país, consolidando com troféu o atraso que lhe persegue.

Atualmente, 35,4% dos 8,603 milhões de paraenses são extremamente pobres porque sobrevivem com, em média, menos da metade da metade de meio salário mínimo. Ou seja, a renda teórica média é de R\$ 125 mensais. Uma cesta básica no Pará, com valor de referência a partir de Belém, custava R\$ 394 em agosto, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Além disso, a pobreza prosperou no Pará de forma tal que hoje 65 municípios (45% dos 144) já têm mais de 50% de sua população vivendo na miséria.

Zé Dudu

Situação é tão crítica que cria até mesmo bizarrices: em Senador José Porfírio, teoricamente há mais pessoas na pindaíba que total de moradores das estimativas oficiais do IBGE.





A ALEGRIA IRRADIA EM BELÉM

www.fmodia.com.br/belem

f @FMODiaBelem





Município com mais pobres que a população da cidade

Em Senador José Porfírio, ninguém sabe quem tem mais culpa no cartório: se o IBGE, que teria estimado a população local bem abaixo da realidade; ou se o Ministério da Cidadania, que teria computado pobres além da conta. O fato é que os números oficiais desses órgãos não batem. A situação é tão grave que, matematicamente, Senador José Porfírio teria, hoje, mais pessoas extremamente pobres que a população oficial.

Nas estatísticas locais do Cadastro Único estavam, até o final de junho deste ano, 12.249 moradores em situação de pobreza extrema. No dia 1º de julho, o IBGE esti-

mou haver 11.658 habitantes. Proporcionalmente, 105% da população local estão na miséria. A conta não fecha.

Em situação tão dramática quanto estão Santarém Novo e Prainha, ambos no oeste paraense, onde a pobreza alcança, respectivamente, 97,5% e 95,4% dos moradores. Outro companheiro do oeste, Faro, aparece em quarto lugar, com 83,4% de seus habitantes considerados extremamente pobres. Com entre 70% e 80% de pobreza estão São Sebastião da Boa Vista (79,8%), Mocajuba (77,2%), Nova Esperança do Piriá (76,9%), Oeiras do Pará (76,1%), Anajás (75,7%), Gurupá (75%), Mojuí dos

Campos (74,4%) e Afuá (71,2%). Diga-se de passagem, todos esses municípios — à exceção de Mojuí dos Campos, o último a ser criado no Pará — encontravam-se no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), de 2010, no final da fila, com baixa qualidade de vida. E a julgar pelos números atualizadíssimos de pobreza de 2019, nada vai mudar quando o censo sair a campo coletando dados que servirão para a nova rodada do IDHM a partir de 2020.

Zé Dudu





No sudeste do estado, o município proporcionalmente mais pobre é Palestina do Pará, onde 66% dos 7.589 habitantes estão na miséria.

Sudeste do Pará com menos desequilíbrio

Dos dez municípios paraenses onde a pobreza é menos agressiva, o sudeste do estado emplaca sete representantes e, inclusive, as primeiras colocações. Tucumã é o município com menor legião de pessoas extremamente pobres, já que apenas 5,8% de seus 39.602 habitantes encontram-se nessa condição nada desejável.

Em seguida está Parauapebas, com 10,9%. Apesar do segundo lugar nas estatísticas, se os números do Ministério da Cidadania estiverem corretos, Parauapebas pode ter apresentado uma evolução no seu processo de empobrecimento sem precedentes. É que o IBGE registrou oficialmente 13,2% de extremamente pobres em 1991; 14,25% em 2000; e 4,42% em 2010. Sair de 4,42% para 10,9% representa avanço da extrema pobreza de quase 150% em

nível local.

Depois de Tucumã e Parauapebas, surgem Castanhal (13,1%), Marabá (13,6%), Conceição do Araguaia (14,4%), Novo Progresso (14,5%), Ananindeua (14,7%), Rio Maria (16,5%), Ulianópolis (17,7%) e Redenção (18,5%). No sudeste do estado, o município proporcionalmente mais pobre é Palestina do Pará, onde 66% dos 7.589 habitantes estão na miséria. Belém, capital, tem 21,2% de seus atuais moradores cadastrados como extremamente pobres. Na prática, é um pelotão de 315 mil pessoas vivendo na pindaíba, o que daria para entupir (até sobrar) a cidade de Santarém, cuja população municipal é de aproximadamente 305 mil residentes.

Zé Dudu





Igarapé-Miri lidera produção agrícola de açai

No sudeste do estado, situação é crítica: dos 39 municípios da região, 27 tiveram retração na movimentação do mundo agro. Tucuruí, Repartimento e Parauapebas estão em situação mais preocupante, por terem perdido receitas que vão de R\$ 50 milhões a mais de R\$ 100 milhões.

O delicioso e cobiçado açai paraense colocou o município de Igarapé-Miri na dianteira da produção de commodities agrícolas do Pará, destronando forças poderosíssimas do mundo agro, como Paragominas (líder em soja), Floresta do Araguaia (rei do aba-

caxi) e Tomé-Açu (mestre da pimenta). É o que acaba de revelar o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio de sua Pesquisa Agrícola Municipal (PAM).

Com quase 63 mil habitantes, Igarapé-Mirim movimentou no ano passado R\$ 890,66 milhões em produtos agrícolas, sendo que R\$ 880 milhões desse total foram oriundos exclusivamente do açai. Ninguém no mundo movimenta tanta delícia roxa assim. O atual rei do açai tirou a coroa do também paraense Portel, que tanto era o maior produtor de açai quanto

era o município do Pará que mais produzia commodities do campo.

De acordo com o IBGE, Igarapé-Miri é a 38ª maior praça financeira do Brasil em termos de geração de valor pelos produtos da terra, espremido entre potências da soja, do milho e do algodão dos estados da Bahia, Mato Grosso, Goiás e Mato Grosso do Sul. A área ocupada pelo açai no município paraense é de 47.800 hectares. Tecnicamente, a produção financeira de açai por hectare é muito mais rentável que a de soja ou milho, por exemplo.



Com quase 63 mil habitantes, Igarapé-Mirim movimentou no ano passado R\$ 890,66 milhões em produtos agrícolas, sendo que R\$ 880 milhões desse total foram oriundos exclusivamente do açaí.





Os embarques de abacaxi contribuíram para dinamizar a economia da cesta agro local, que avançou mais de R\$ 300 milhões, saltando de R\$ 174,1 milhões para R\$ 477,6 milhões de um ano para outro.



Não fosse pelo desempenho do abacaxi de Floresta do Araguaia, maior produtor nacional e imbatível da commodity, o sudeste do Pará teria apresentado recuo violento nas estatísticas de produção agrícola. Acontece que, dos 39 municípios que compõem a região, 27 apresentaram redução na produtividade em 2018 ante o ano anterior. A mesorregião passou de R\$ 3,067 bilhões em commodities em 2017 para R\$ 3,162 bilhões em 2018.

Hoje, a produção agrícola de Floresta é a segunda maior do sudeste do Pará. Os embarques de abacaxi contribuíram para dinamizar a economia da cesta agro local, que avançou mais de R\$ 300 milhões, saltando de R\$ 174,1 milhões para R\$ 477,6 milhões de um ano para outro. Paragominas até avançou, de R\$ 494,1 milhões para R\$ 582,3 milhões, mas o crescimento absoluto de R\$ 88,2 milhões foi mais tímido.

No outro extremo, a situação é preocu-

Floresta do Araguaia em segundo lugar em produção agrícola

pante em três municípios: Tucuruí, Novo Repartimento e Parauapebas. Em Tucuruí, a produção anual despencou de R\$ 144,4 milhões em 2017 para R\$ 18,2 milhões em 2018, retração terrível de quase 90%. Já em Novo Repartimento a produção caiu de R\$ 173,8 milhões para R\$ 108,2 milhões, uma baixa de 38%.

Parauapebas, por seu turno, perdeu R\$ 52,2 milhões em produção de 2017 para 2018 (ou 39% do valor anterior). Ano pas-

sado, a produção de commodities agrícolas no município cuja economia é pautada na extração de recursos minerais foi de R\$ 82,5 milhões, bastante inferior aos R\$ 134,8 milhões movimentados em 2017. A perda de importância de Parauapebas é acompanhada pela retração de seus vizinhos Marabá (perda de R\$ 30,1 milhões), Eldorado do Carajás (R\$ 10,9 milhões), Curionópolis (R\$ 6,4 milhões) e Canaã dos Carajás (R\$ 5,4 milhões).

Operações de crédito rural ganham força

O crédito rural com juros livres começa a ganhar espaço na safra 2019/20, refletindo a queda da Selic, a decisão do governo de reduzir subsídios aos grandes produtores e uma maior disposição dos bancos privados de avançar em um dos setores mais dinâmicos da economia do país. Para os produtores de menor risco, já se veem operações com taxa de 6,5% ao ano - menores, portanto, que o teto de 8% previsto nas operações com juros regulados do Plano Safra.

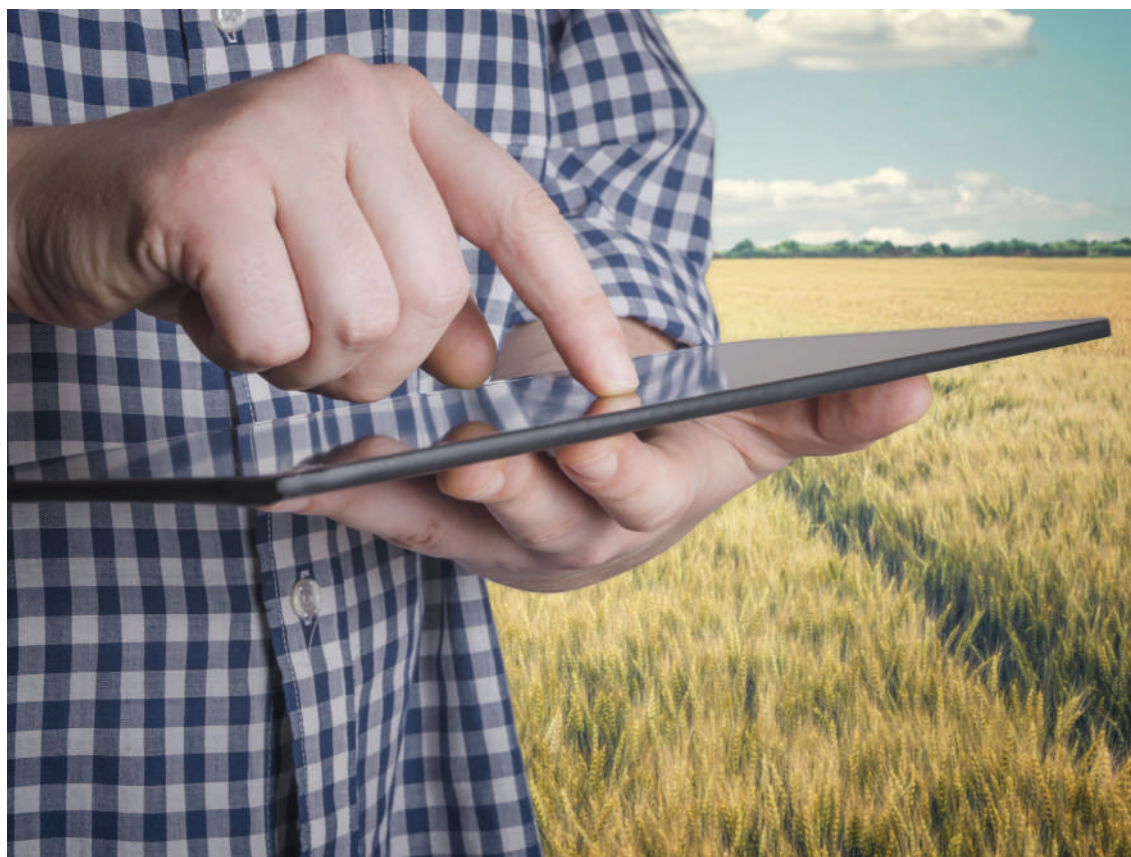
Em julho e agosto, os dois primeiros meses da safra atual, foram emprestados pelos bancos R\$ 5,4 bilhões a taxas de mercado. O volume ainda é pequeno, mas é mais que o dobro do que se viu no mesmo período do ano passado.

Em comparação, os desembolsos com juros regulados no primeiro bimestre da safra atual totalizaram R\$ 35,1 bilhões, uma queda de 1%. Desse total, chama a atenção a redução de 32% nos desembolsos de crédito para custeio agrícola que têm como funding os depósitos à vista. Entre julho e agosto, foram R\$ 9,8 bilhões nessa modalidade.

A maior parte dos recursos usados hoje no crédito agrícola vem do direcionamento dos depósitos à vista e da poupança rural. Nessas operações, reguladas pelo governo, as taxas ficam em até 4,6% ao ano para a agricultura familiar, 6% para os médios produtores e chegam a 8% ao ano para os grandes.

Para atrair essa clientela, os bancos privados têm se empenhado em tirar o terno e gravata e se embrenhar no campo - o que vai da abertura de postos de atendimento específicos à contratação de engenheiros agrônomos. No Bradesco, o crédito com recursos direcionados já representou 80% da carteira rural, e atualmente está em 50%. No Santander, a proporção caiu de 90% para 25%.

O Santander começou a reformular a área há quatro anos para ser um dos pilares de crescimento do banco no país. De lá para cá, investiu na interiorização, avan-



çando principalmente nas regiões Centro Oeste, Norte e Nordeste. A instituição tem 29 “lojas agro”, e prevê chegar a 40 até o fim do ano. Não são agências convencionais, já que nelas não há caixa, mas oferecem atendimento especializado. Ao todo, as lojas têm 130 pessoas. Nas áreas administrativas, a equipe dedicada ao setor subiu de 15 para 80 pessoas. A carteira agro do Santander está perto de R\$ 18 bilhões, mas a expectativa é de R\$ 20 bilhões até dezembro, diz Aguiar.

O Bradesco, por sua vez, tem cerca de R\$ 23 bilhões em operações e espera crescer 20% ao ano nos próximos anos, segundo Rui Pereira Rosa, superintendente de agronegócios. O banco montou 15 plataformas para atender o setor com profissionais especializados e tem uma equipe de 80 pessoas na originação de crédito rural. O time tem engenheiros agrônomos para planejar os negócios. Agora, o banco também estuda criar atendimento dedicado aos grandes agricultores dentro de atacado

e “corporate” - nesses clientes, há migração do crédito convencional para operações no mercado de capitais.

O Itaú também está em busca de mais espaço no agronegócio. A instituição montou uma estrutura na área de banco comercial para atender produtores rurais de menor porte, inclusive pessoas físicas. “O atendimento a produtores rurais começou há quatro anos, sendo esta uma área que tem apresentado ótimos resultados e na qual o banco aumentará investimentos”, diz Flavio Souza, diretor-executivo do banco comercial do Itaú BBA.

O Banco do Brasil viu sua carteira ampliada de crédito agrícola encerrar junho em R\$ 187,4 bilhões, queda de 2% em relação ao mesmo período do ano passado. A redução veio principalmente das operações com grandes produtores e, na época da divulgação do balanço, foi atribuída pelo presidente do BB, Rubem Novaes, à estratégia de migrar esses clientes para o mercado de capitais.



Em julho e agosto, os dois primeiros meses da safra atual, foram emprestados pelos bancos R\$ 5,4 bilhões a taxas de mercado. O volume ainda é pequeno, mas é mais que o dobro do que se viu no mesmo período do ano passado.

**Foram
aproximadamente
200 espécies,
entre plantas
ornamentais e
frutíferas em
exposição e
disponíveis para
comercialização.**





Santarém realiza Festival de Flores e Plantas



Um festival de flores e plantas foi realizado na Praça São Sebastião, em Santarém, oeste do Pará. O evento que começou dia 6 encerrou no dia 15 de setembro.

No evento, foram expostas uma diversidade de plantas e flores. Foram aproximadamente 200 espécies, entre plantas ornamentais e frutíferas em exposição e disponíveis para comercialização. “Foi uma vasta exposição e muitas novidades. Para quem é amante de flores e plantas essa foi uma ótima oportunidade de adquirir uma espécie de planta”, destacou a coordenadora Erica Araújo.

De acordo com a coordenadora do evento, Erica Araújo, o diferencial para essa edição do festival é um código de barra que acompanhou a planta para saber como a espécie precisa ser cuidada. “Nós temos um terminal de consulta, então ao comprar a planta, a pessoa pode consultar de qual maneira pode cuidar da espécie, porque algumas não são da nossa região e precisam de um cuidado especial” finalizou Erica Araújo.

QUEM FAZ BEM PRA
Amazônia
FAZ UM
FNO

Baixe o app
Simulador do FNO
e comece a movimentar
o seu negócio.



CA/COMUNICAÇÃO



Há 30 anos, as linhas de financiamento do FNO movimentam a Amazônia com sustentabilidade. Para quem quer realizar bons negócios e crescer no campo, o Banco da Amazônia tem crédito para aquisição de máquinas e equipamentos, energia verde, financiamento de veículos, capital de giro e muito mais. Fale com o Banco da Amazônia, conheça as linhas de financiamento para empreendimentos rurais e faça um FNO.

SAC: 0800 727 7228	Atendimento para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 721 1888	Ouvidoria: 0800 722 2171	Instagram/Facebook/YouTube: /bancoamazonia	Twitter: @basa_oficial	Linkedin: /banco-da-amazonia	Site: bancoamazonia.com.br
-----------------------	---	-----------------------------	---	---------------------------	---------------------------------	-------------------------------

